

GLOBALIZAÇÃO SUBORDINADA: A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS AÇÕES EDUCATIVAS DA BAHIA ¹

Marcela Mary José da Silva²

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, a face da acumulação do capital em todo o mundo vem mudando, instituindo uma nova ordem social: o neoliberalismo. Este, pautando na economia de livre mercado, na minimização da intervenção e das funções do Estado e na lei da oferta e da procura para reger a sociedade e a distribuição de bens promoveu o fenômeno e a cultura da globalização no mundo.

Aliás, ressalte-se aqui que o binômio – **Neoliberalismo/Globalização** – constitui-se um bom instrumento para a análise da atuação contemporânea dos países dominantes sobre os dominados, e as novas formas dessa relação de dominação, ou seja, a rearticulação do capital em nível internacional.

Desde o século XVI, por meio da expansão colonial, o Neoliberalismo vem se adaptando e se atualizando, sem, contudo, perder seu fundamento, que é a acumulação do capital. Nesse ínterim ocorreram todas as revoluções industriais – desde a Primeira, no século XVIII, até a Terceira, em curso – e todas as guerras do século XX. Pautado na submissão de povos e nações, pressupõe a relação *dominador-dominado*; a ligação dos significantes *os que têm* com *os que nada têm*, exceto a força de trabalho, disseminando-se nos países *desenvolvidos* e aqueles *em desenvolvimento* ou *sub-desenvolvidos*.

Nesse sentido – a nova forma de acumulação – agora tendo como eixo o capital financeiro, volátil – navega com maior agilidade que as Naus do século XVI; movimenta-se com maior velocidade do que as máquinas do século XVIII e promovem conseqüências mais profundas e extensas do que as sangrentas guerras do século passado.

A forma atual da acumulação do capital, neoliberal, desloca o foco da economia da produção de bens e o transfere para a especulação financeira, reorganizando, assim, as relações em sociedade e, em especial, o papel e as funções do Estado.

Certamente que a nova ordem econômica reorganiza as esferas sociais, buscando adaptá-las aos seus novos propósitos. Para garantir a sua dinâmica de sobrevivência, os planos neoliberais atuam sob várias instâncias de organização dos Estados Nacionais: é necessária, prioritariamente, a redefinição das atribuições e funções do Estado. Desse aspecto desdobram-se todos os demais da esfera referenciada como *pública*.

A partir da necessidade de desenvolvimento e de participação nesse mundo globalizado, o Estado deve ser mais ágil, flexível, diminuir suas responsabilidades – transferindo suas atividades produtivas e lucrativas para o capital. Por outro lado, repassa para o Terceiro Setor os encargos de determinadas questões, que anteriormente, na concepção do *Estado de Bem-Estar*, estavam sob seus auspícios.

O *Estado de Bem-Estar*, segundo Santos (1998), caracterizava-se por ser um estado forte, regulador das relações sociais, impondo limites até mesmo à produção. Quando socialmente importante, exerceu a condição de *Estado Empresarial*. Em alguns países, isso permitiu garantir avanços sociais, com a criação de infra-estrutura produtiva, da expansão do emprego, da oferta de serviços públicos, tais como saúde, habitação, previdência, educação, garantia de emprego e uma conseqüente distribuição de renda.

¹ Projeto de dissertação de Mestrado, sob a orientação da Professora Dra. Ronalda Barreto Silva.

² Assistente Social (UCSAL); Pós-Graduada em Gerontologia (UFBA); Pós-Graduada em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação (UNEB); Mestranda em Educação e Contemporaneidade (UNEB). mmjsilva@ig.com.br.

O desmanche do Estado, sobretudo na órbita do *Estado Providência*, a partir da III Revolução Industrial, torna-se um dos pilares para essa nova forma de acumulação do capital, sendo atribuído, como motivo de atraso de algumas nações, o excesso de responsabilidades assumidas pelo Estado.

Santos (1998), abordando o Estado sob a égide da ideologia neoliberal, aponta a idéia de que este deve deixar as atividades econômicas para a iniciativa privada, a regulação das mesmas para o mercado e as responsabilidades sociais para os indivíduos. A isso se chama *desregulamentação do Estado*, que está a serviço da nova forma de concentração de renda e intensificação das desigualdades sociais.

A idéia de um mundo globalizado, de mercados sem fronteiras, de transações em zonas de livre comércio e da possibilidade dessa realidade para todos, ou seja, a igualdade de oportunidades, tem sua representação econômica, mas, também, cultural. É nessa instância do mundo do simbólico que são passados os valores necessários para a implementação da forma neoliberal de ser, viver, trabalhar, estudar e desempenhar novas funções na sociedade.

As agências mundiais, multilaterais, redefinem-se, e, como representantes dos países detentores dos capitais transnacionais, sob os auspícios da promoção do desenvolvimento aos países com dificuldades, concedem não só empréstimos a juros, como também toda uma tecnologia de crescimento e desenvolvimento, elaborada sob a forma de políticas de atuação dos países ricos em relação aos países pobres. Ícones dessa organização são: a Organização Mundial do Comércio – OMC; o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial – BIRD. Silva (2001) refere-se a estes como “guardiões dos ideais e práticas desse mundo sem fronteiras, o mundo globalizado”.

As influências, em especial dos dois últimos organismos no Brasil, podem ser vistas desde 1970, mas, de forma mais intensa, nos últimos oito anos. O Estado encolheu-se não só pelas privatizações, como também, pela execução de políticas, planos e modelos ditados internacionalmente, redefinindo suas ações em setores estratégicos, respondendo às necessidades e expectativas do mercado internacional, colocando o Brasil a serviço do mundo globalizado, “incluído” no rol dos países em desenvolvimento.

Dentre as várias ações do Banco Mundial, são de maior interesse desta pesquisa aquelas concernentes à área educativa, que também é vista sob a ótica de mercado, e como instrumento capaz de promover a qualificação dos trabalhadores, já que formadora de mão-de-obra barata. É importante salientar que cada tipo de organização econômica e social exige um projeto específico de educação, como bem destacou Santos (1998).

Assim sendo, as reformas da educação no Brasil se vêem marcadas pelos princípios econômicos, trazendo questões para a gestão da educação como: *preparação para o mercado, baixos custos, descentralização, inclusão, resultados*, transformando o aluno em consumidor e a escola em empresa, implantando modelos não condizentes com realidades nacionais e regionais. O ponto de partida para a decisão do BIRD trabalhar na Educação veio da sua preocupação com a pobreza dos países em desenvolvimento. Agrega-se a isso a necessidade de um controle demográfico que garanta padrões de segurança internacionais. De início, nos anos 60, como relata Torres (1998), o investimento do BIRD no Brasil previu o financiamento da infra-estrutura, da educação de segundo grau, técnica e vocacional. Em 1973, elege-se o trabalho com os mais pobres para se reduzir a pobreza – o que se traduziu na priorização da Educação de Primeiro Grau. Com a *Conferência sobre Educação para Todos*, realizada em março de 1990 na Tailândia, definiu-se a *Educação Básica* como lema daquela década, reiterando a preocupação assinalada pelo Banco Mundial.

Segundo o Relatório de 1995 do BIRD, os países em desenvolvimento têm quatro obstáculos, aqui denominados como pressupostos da proposta da reforma educacional do BIRD: acesso; equidade; qualidade; redução da distância entre a reforma educativa e a reforma das estruturas econômicas. Daí vem a orientação para o investimento intenso com educação básica, descrita neste Relatório:

[...] a educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade, sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar [...].

No mesmo Relatório explicita-se:

[...] Essas competências – aquelas desenvolvidas na educação básica – podem ser aplicadas a uma grande variedade de empregos e permitir às pessoas adquirir habilidades e conhecimentos específicos orientados para o trabalho[...].

Outro aspecto igualmente importante é a melhoria da qualidade da educação, que pressupõe a descentralização das decisões e instituições responsáveis por seus resultados. Seguindo a cartilha neoliberal, a qualidade é centrada nos resultados dissociados do rendimento escolar; o investimento é orientado no aumento do tempo de instrução, na disponibilidade de livros didáticos e na melhoria do conhecimento dos professores.

O foco da decisão é a demanda econômica e financeira. Outro aspecto, também importante, desse modelo de reforma da educação proposto pelo BIRD é a convocação feita à sociedade civil para participar das decisões da escola. Cabe esclarecer que a proposta do BIRD centra-se não na visão ampliada de educação básica – na qual os conteúdos internos e externos à escola são trabalhados – mas na *redução* da educação escolar, rompendo, dessa forma, com o que foi estabelecido na *Conferência de Educação para Todos*, ou seja, o conceito de intersectorialidade no trato da educação. Tanto o diagnóstico quanto a análise e a ação propostas pelo BIRD utilizam o enfoque setorial, dissociando a realidade do seu ambiente socio-histórico e reduzindo a educação básica às esferas das escolas.

Nesse contexto, nasce a reforma da educação no Brasil, marcada por esses determinantes econômicos, exógenos, colocando a educação do País a serviço da ideologia neoliberal, que ganha corpo em programas e projetos para responder às metas determinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Na Bahia, através *Projeto de Regularização do Fluxo Escolar do Programa Educar para Vencer*, composto por quatro outros projetos, pode-se observar as diretrizes do modelo neoliberal de conceber a Educação. Temos dados estatísticos, quantitativos, importantes, mas que pouco traduzem, na transformação pretendida, a realidade dos alunos, sobretudo aqueles que estão em defasagem escolar. Até então, nenhuma avaliação qualitativa dessas ações foi realizada. O Projeto pressupõe a regularização da situação escolar dos alunos em cinco anos, sendo que os municípios teriam três anos para isso. No *Manual de Operacionlização do Programa*, de 2002, há uma referência à “reprovação branca” que seria responsável pelos altos índices de repetência e abandono da escola pelo aluno. Nesse documento é afirmado que:

[...] 50% dos alunos faltam às aulas ou abandonam a escola por razões que dependem unicamente da escola: falta de motivação, falta de interesse, percepção que não estão aprendendo nada ou que serão reprovados[...].

Ainda, afirma-se que: “A causa da outra metade das faltas divide-se entre causas sanáveis pela educação familiar e pela escola”. Concluindo: “[...] 75% das causas de baixa frequência podem ser resolvidas na escola”. Dessa forma, confirma-se o que foi relatado anteriormente: carência de contextualização, de conhecimento da realidade histórica das comunidades onde as escolas estão inseridas, considerando outros fatores que envolvem a educação: condições financeiras, de moradia, de saúde, de trabalho, de escolaridade, entre outras carências.

Ainda, no *Manual*, apresenta-se a *Pedagogia da Inclusão*, definida como “um novo termo para um velho problema”, que pretende assegurar a presença diária do aluno na escola, reduzindo a *inclusão* à assiduidade do aluno na sala de aula durante os duzentos dias do ano letivo e ao cuidado com sua ausência.

O *Projeto de Regularização* tem amparo legal na Lei nº 9394/96 – *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Algo importante para se destacar é que nos documentos escolares dos alunos atendidos pelo Projeto escreve-se: “promovido para a série, com base na Lei nº 9.394/96, Artigo 24, Inciso V, alínea “b”, e no artigo 14 da Resolução 127/97 do Conselho Estadual de Educação e no Parecer Nº 255/99, aprovado em 07/12/99 e publicado no Diário Oficial em 09/02/00. Ou seja, ao aluno é atribuída a promoção e não a aprovação. A “saída” semântica de que se valem os planos, mascara a pouca ineficiência desse sistema escolar.

Autores como Chomsky (2000) já alertaram para as conseqüências da globalização na organização da cultura, nas lutas de classes e nas organizações sociais, destacando a importância de tudo se tornar bem de mercado, na forma mais desumana possível. Outros, como Fonseca (1998), concluíram que as incursões anteriores do Banco Mundial na educação brasileira, resultante desse estágio da globalização, não tiveram bons resultados, mostrando-se ineficazes.

A partir dessas análises, algumas questões emergem constituindo-se como primeiros direcionamentos da investigação proposta:

- a) considerando que a cidadania requer inserção produtiva e integração nas redes societárias, a escola está formando pessoas com que potencialidade cidadã?
- b) para que tipo de formação as referidas “competências básicas” estão direcionando os alunos que estão em idade de ingressar no mercado de trabalho?
- c) qual o papel definido para os professores e para os alunos nessa “Pedagogia da Inclusão”?
- d) os alunos chegam ao segundo grau ou param na oitava série? O que acontece com esses alunos ao chegarem ao segundo grau?
- e) qual é o perfil de cidadão/trabalhador que o Banco Mundial está promovendo através dessa reforma educacional?

2. METODOLOGIA E RESULTADOS ESPERADOS

Frente à realidade que salta aos olhos, é fundamental a análise das condições concretas experimentadas pelos alunos no tocante à sua inserção produtiva e suas condições de integração social, promovidas pelo *Programa Educar para Vencer* por meio do *Projeto de Regularização do Fluxo Escolar*. Para tanto, será realizada a análise do discurso e da prática (re) produzida na sala de aula de uma escola da cidade do Salvador e outra da sua região metropolitana.

Busca-se analisar a complexidade das ações desse Projeto pelas especificidades evidenciadas no âmbito escolar e, para tanto, à luz da Teoria Crítica que analisa os cenários da desigualdade, utilizando a análise de documentos e de entrevistas semi-estruturadas dos atores que desenvolvem a materialização dessa prática educacional.

Ao contrário das análises prevalentemente numéricas, crê-se necessário estruturar abordagens que também considerem aspectos qualitativos, na medida que são essenciais à conferência do impacto dessas ações educativas, tanto na inserção pessoal do aluno na produção, como na integração social nas redes relacionais comunitárias.

Dessa forma, a intenção é a de construir-se uma leitura de dentro para fora, que escape à simplificação estatística e que construa novos elementos para a avaliação do *Programa Educar para Vencer* e do *Projeto de Regularização do Fluxo* – este, na verdade, está regularizando, ou melhor, regulando os papéis e os lugares dos atores sociais, redefinindo o Estados e suas ações. Os resultados obtidos permitirão discussões mais aprofundadas, capazes de subsidiar revisões nas experiências anteriores.

3. REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria de Educação. Manual de Operacionlização do Programa Educar para Vencer, Projeto de Regularização do Fluxo Escolar 5ª a 8ª , Série. 2002.

BENFICA, Gregório. Globalização, empregabilidade e educação biocêntrica. In: **Revista FAEEBA**, nº 11, jan/jun., 1999. p. 139-148.

CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**; Petrópolis: Vozes; 2000.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial e a Educação: reflexões sobre o caso brasileiro. In: GENTILLE, Pablo (Org.) **Pedagogia da Exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 169-195.

SANTOS, Fábio J. Souza dos. Neoliberalismo reforma educacional e novos desafios: a educação e o educador necessário para o próximo milênio. In: **Revista FAEEBA**, nº 10, jul/dez. 1998. p. 73-90.

SILVA, Ronalda B. As raízes do neoliberalismo. In: **Revista da FAEEBA**, nº 15, jan/jun, 2001. p. 149-156.

TORRES, Rosa Maria. Melhora a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. IN: TOMMASI, L., WARDE, M. J., HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.125-186